

COUTINHO, Henrique da Silva

*pres. ES 1890-1891; sen. ES 1897-1904; pres. ES 1904-1908.

Henrique da Silva Coutinho nasceu em Vitória no dia 6 de novembro de 1845, filho de Manuel Pinto Rangel e Silva e de Joana Maria da Vitória e Silva. Pertencia a família de proprietários rurais e políticos do Império. Seus irmãos Emiliano e Antero Coutinho foram deputados provinciais pelo Partido Conservador. Ele, porém, era republicano. Coutinho, além de fazendeiro, era ligado por casamento à família Zinzen, dona de firma exportadora em Vitória.

Já na República, os clubes republicanos do Espírito Santo, que até então não haviam formado uma estrutura partidária, procuraram criar um partido forte que pudesse dirigir a política estadual. Assim, convocaram um congresso em maio de 1890, para o qual convidaram também lideranças políticas dos antigos partidos da monarquia. No congresso, porém, os republicanos se dividiram, e o partido então criado não se firmou. A facção que foi derrotada afastou-se e participou de uma articulação com liberais e conservadores da qual resultou a criação da União Republicana Espírito-Santense (URES), presidida por Alfeu Adolfo Monjardim de Andrade Almeida, o barão de Monjardim. Os que permaneceram no partido – em cujo diretório estava Henrique Coutinho – uniram-se à facção liberal liderada por Muniz Freire e a uma corrente conservadora, e fundaram o Partido Republicano Construtor (PRC). Henrique Coutinho foi então escolhido um dos três membros do diretório central da nova agremiação.

A divisão dos republicanos teve consequências no governo estadual, pois o governador Afonso Cláudio era ligado à facção vitoriosa no congresso, que se integrou ao PRC, mas dois de seus vice-governadores, Bernardo Horta e Antônio Gomes Aguirre, eram os líderes do grupo derrotado, e renunciaram a seus cargos. Foram substituídos por Henrique Coutinho e Constante Gomes Sodré. Desse modo, Henrique Coutinho esteve no governo e na cúpula do partido situacionista naqueles meses agitados da campanha eleitoral para o Congresso Constituinte nacional, na qual seu partido saiu vitorioso.

Afonso Cláudio afastou-se do governo por motivo de saúde em setembro de 1890, foi substituído por Constante Sodré, e acabou renunciando ao cargo. Em 20 de novembro de 1890 o outro vice-governador, Henrique Coutinho, assumiu de modo interino, sendo efetivado na posição pelo governo provisório chefiado por Deodoro da Fonseca em janeiro de 1891. Sua administração durou poucos meses, consumidos pela intensa luta política que se travava no estado e no âmbito federal, e terminou a 10 de março, quando foi demitido por Deodoro. A demissão ocorreu em represália a seu partido, o PRC, cuja bancada na Constituinte votara, com uma única exceção, em Prudente de Moraes e não em Deodoro para a presidência da República. Para o governo do Espírito Santo foi nomeado Antônio Gomes Aguirre, da URES.

O PRC ficou na oposição ao governo estadual e a Deodoro, mas tinha toda a bancada no Congresso Nacional, e voltou ao poder após o contragolpe que levou Floriano Peixoto à chefia do Poder Executivo em 23 de novembro de 1891. Henrique Coutinho foi eleito deputado à Assembleia Constituinte estadual, instalada em abril de 1892. A Constituinte aprovou, com poucas inovações, o projeto de Constituição que havia sido elaborado no governo de Afonso Cláudio e vigorara provisoriamente enquanto o PRC esteve no poder, além de eleger Muniz Freire governador do estado (1892-1896). O PRC governaria o Espírito Santo até 1908, e Henrique Coutinho esteve sempre em sua cúpula, embora a principal liderança fosse Muniz Freire. Entre 1894 e 1896, período agitado devido ao aparecimento de uma dissidência no partido, Henrique Coutinho foi o presidente da Assembleia Legislativa, cuja grande maioria era munizista.

Em 1896, o PRC elegeu o novo governador, Graciano Neves, e Muniz Freire partiu para a França em missão oficial. Em sua ausência, a influência de Henrique Coutinho aumentou, e ele saiu candidato ao Senado na eleição de 1897, contrariando a candidatura que Muniz deixara acertada e provocando nova crise no partido. Eleito senador, ocupou as posições de quarto-secretário (1898, 1900 e 1902) e terceiro-secretário (1901) da mesa do Senado.

Em 1904, após um novo governo de Muniz Freire (1900-1904), Henrique Coutinho elegeu-se presidente do estado. A crise do café, iniciada em 1896, arruinara as finanças do Espírito

Santo, cuja economia era sustentada pela monocultura daquele produto, e Henrique Coutinho enfrentou uma situação difícil, com dívidas a pagar e sem meios para investir. Conseguiu apenas preparar um novo núcleo colonial para receber imigrantes estrangeiros, construir algumas escolas no interior e realizar uma pequena, porém importante, obra de reurbanização em Vitória, com a demolição de velhas casas e a ampliação da praça situada em frente ao palácio do governo, e nele instalar iluminação elétrica.

O governo de Henrique Coutinho foi agitado por uma questão política: seu rompimento com Muniz Freire, no início de 1905. O partido se dividiu, a bancada federal em sua maioria ficou com Muniz Freire, e a Assembleia Legislativa chegou a aprovar uma proposta de *impeachment* de Coutinho. Mas seus partidários alegaram a inconstitucionalidade da proposta, e a discussão jurídica se arrastou, dando tempo para a ação de Coutinho, que acabou recuperando a maioria na casa e obtendo o arquivamento do projeto na legislatura seguinte. Porém, na eleição federal de 1906, Muniz Freire e seus partidários apresentaram uma chapa dissidente, na qual ele era candidato ao Senado, e que foi reconhecida pelo Congresso Nacional ao invés da chapa governista, ficando Coutinho com uma bancada oposicionista. Os dissidentes tentaram o mesmo na eleição para a Assembleia Estadual, mas não tiveram sucesso.

Em 1906, Henrique Coutinho decidiu vender a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, construída com enorme sacrifício pelo estado nos governos que o antecederam, mas que não chegara a seu destino final, Cachoeiro de Itapemirim, a fim de estabelecer a ligação dessa cidade com Vitória. Jerônimo Monteiro, ex-deputado estadual e federal rompido com o PRC em 1898, representou o Espírito Santo na negociação, realizada com a Leopoldina Railway, e foi também encarregado da operação de pagamento de uma dívida do estado com o Banco do Brasil. Com a realização dessas transações, Jerônimo reapareceu na cena política estadual muito fortalecido e, quando se tratou da sucessão do governo, num habilidoso jogo político, conseguiu se fazer candidato pelo PRC, atropelando a iniciativa do presidente Afonso Pena (1906-1909), que tentava, em conversação com Muniz Freire, escolher um nome que pacificasse a política capixaba.

Henrique Coutinho, presidente da Comissão do Espírito Santo na Exposição Nacional de 1908, foi muito homenageado por Jerônimo Monteiro quando este assumiu o governo do estado (1908-1912) e a chefia do partido, porém não teve mais um só cargo eletivo. Foi o fim de sua carreira política. De 1909 a 1911 foi coletor federal em Niterói (RJ).

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 14 de junho de 1915.

Casou-se em primeiras núpcias com Maria Coutinho d'Alvarenga e Silva, com quem teve quatro filhos. Seu segundo casamento, com Júlia Rodrigues Coutinho, deu origem a seis filhos.

Nara Saletto/Fernando Achiamé

FONTES: ASSEMB. LEGIS. ES. *Anais* (1905); CÂM. DEP. *Intervenção* (v.4); *Comércio do Espírito Santo* (1896); COUTINHO, Henrique da Silva. *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo* (1904-1908, 11/9/1905, 9/10/1906); *Estado do Espírito Santo* (1890-1894; *Jornal Oficial* (1905-1907); MORAES, P. *Dicionário*; 1897-1900); PEREIRA, A. *Homens*; SENADO. *Dados biográficos*; VASCONCELOS, J. *Governos*.